

FRONTEIRAS NEGRAS, ESPAÇO DE INTERLOCUÇÕES REGIONAIS: O CASO DE SÃO MIGUEL

Jandira Elohá Lopes

Resumo: *O propósito do presente artigo é fixar linhas mestras no que tange a (re)significação do regional e mais amplamente da História Regional, suas implicações teórico conceituais, bem como estabelecer uma relação entre fronteira e espaço, especialmente espaço cultural construído que delimita as relações de identidade para que possamos compreender o significado e a importância do estudo da História Regional.*

Palavras chave: História Regional, memória, fronteira cultural, espaço cultural.

Introdução

A proposta do tema é fixar linhas mestras no que tange a (re)significação do regional e mais amplamente da História Regional, suas implicações teórico conceituais bem como estabelecer relação entre fronteira e espaço, especialmente espaço cultural construído que delimita as relações de identidade para que compreendamos o significado e o crédito do estudo da História Regional, o a torna relevante. Este estudo reflete a compreensão da História de forma fragmentada, a partir das partes para compreensão do todo, tocando desta forma no que há de mais íntimo e profundo, a memória coletiva da população de São Miguel, nosso objeto de Estudo.

A delimitação espacial e temporal faz-nos recuar até o século XIX, nas terras marginais das sesmarias dos Martins Pinto com a dos Carvalho Bernardes, mais especificamente o que era mata e não “interessava”, naquele momento, aos sesmeiros que se à dedicavam a pecuária. São Miguel dos Pretos está situada na microrregião de Santa Maria e, “localiza-se na zona rural a 10 km de Restinga Seca e, atualmente, possui posse de menos de 50 hectares, onde abriga cerca de quatrocentos e setentas pessoas”¹.

¹ RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - Departamento da Cidadania. Ministério da Cultura - Fundação Cultural Palmares. **Lauda Antropológico e Etnohistórico sobre a Comunidade Negra Remanescente de Quilombo de São Miguel.** Porto Alegre: Mimeografado, 2002. p. 3

Partindo do anterior exposto caminhamos para a tentativa de se instituir um corolário para a compreensão de fronteira no que concerne “território cultural”² construído, caso de São Miguel, que foge da concepção de fronteira como interstício territorial entre Estados diferentes para chegarmos numa compreensão cotidiana a partir de práticas culturais do grupo e, também das concepções culturais passadas e aprendidas partindo naquele momento histórico da diversidade étnico-cultural que os cercavam.

Tais práticas estavam vinculadas essencialmente a forja de um lugar que os incluísse num meio inóspito, essencialmente para escravos e seus descendentes do final do século XIX. O veículo de implementação deste experimento de vida foi, essencialmente, a partir da compra da terra. Esta compra num sentido mais amplo, os tiraria da “ilegalidade”, ilegalidade esta gerada desde a fuga dos seus algozes e a formação do quilombo³ e por conseguinte com a manutenção das práticas culturais do grupo, criando desta forma o que convencionamos chamar de fronteira culturais.

Tais fronteiras culturais trouxeram inúmeras formas de manifestações fosse através da religiosidade, fosse através da simbiose com o espaço culturalmente construído que possuía um significado de liberdade no sentido lato da palavra, através da sua cosmovisão.

Esta busca incessante por um lugar, que se manifesta materialmente no terreiro⁴ ocorreu a partir do momento em que o mesmo foi arrancado de seu território cultural construído e levado ao desconhecido para a partir das condições que lhes foram oferecidas para construir novamente o seu “espaço cultural”⁵, partindo de conceitos impostos

² Cf. COELHO, Teixeira. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 1997. p. 167. **Território da cultura** é a abstração dos modos culturais variados daquele lugar primeiro onde uma cultura ou um modo cultural originalmente surgiu ou era praticado.

³ Denominação dada a comunidades negras de escravos fugitivos. Inicialmente forma identificados como “*canhamboras*” (em tupi – aqueles que fogem), porém prevaleceu o quilombola, durante algum tempo foi tido como forma brasileira de “*kilombu*” (em quimbundo, idioma angolano quer dizer: aldeia, arraial, acampamento). No entanto, o estudos sobre o assunto revelam que o quilombo angolano apresentava-se como instrumento de tráfico negreiro na África ao contrário do brasileiro que foi sempre um polo de resistência à escravidão. No entanto o conceito na atualidade vai além do espaço territorial ocupado por escravos fugitivos, mas chega na abordagem do espaço construído e necessário para a sua sobrevivência.

⁴ Terreiro: designa área, roça ou terreno onde se estabelece o “*egbe*”, onde são erguidas as casa ou templos consagrados, os lugares de adoração. por extensão se aplica a comunidade como um todo.

⁵Idem. COELHO, 1997, p 167 – Espaço cultural como atualmente é entendido, implica, de fato, uma desterritorialização da cultura ou dos modos culturais: práticas inicial ou originariamente exercidas num determinado lugar passam a sê-lo num outro lugar com o qual não estão histórica e socialmente ligadas num primeiro momento.

pelo *outro*. Este espaço deve ser compreendido como “produto da ação humana”⁶, que constrói e reconstrói o seu espaço de acordo com suas necessidades.

Assim confirmamos a complexidade que é construir a narrativa histórica sobre o período no Brasil, porém encorajamo-nos mais, pois partilhamos da concepção dos Annales que amplia a noção de fonte histórica, pois

Segundo Febvre o historiador ignorava a realidade econômica que sacudia a sociedade, não sabia ler documentos estatísticos, jurídicos, não conhecia temas econômicos, como a moeda, o câmbio, o sistema financeiro. Limitava-se a conhecer datas, lugares e indivíduos.⁷

A partir de então a compreensão da história é feita a partir da ação dos homens. Desta forma “com tudo que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos, a maneiras de ser homem”⁸. Esse jeito fazer história “adentrou para os estudos regionais, com atenção aos aspectos demográficos, econômicos, sociais, mentais e ideológicos”⁹.

Desta forma, a ocupação formal do pesquisador em ciências sociais, entre as quais se inclui a História, abre um leque considerável para novas intervenções. E se o ofício de historiador é conhecer o passado a partir das fontes nas suas mais variadas manifestações que inclua a ação humana e, por fim construir a narrativa destas, há a necessidade de enveredarmos para uma compreensão mais profunda além da leitura simples dos documentos, mas sim analisando, interpretando fazendo crítica interna e externa desses pra que possamos dar sentido para as ações dos homens no passado e por consequência dar sentido a história, “ou a história tem sentido, ou é ininteligível”¹⁰.

(...) pois os acontecimentos da história não são nunca meros fenômenos (...), antes são coisas para as quais o historiador não olha, mas sim através das quais olha, para descobrir o pensamento, que dentro dela existe. Penetrando deste modo no interior dos eventos e detectando o pensamento que eles exprimem (...) ¹¹

⁶ RECKIZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: Dimensões teórico-conceituais. **História: debates e tendências**. Passo Fundo. v. 1, n.1, junho de 1999. p.18.

⁷ FEBVRE apud REIS, 2000, p.77.

⁸ FEBVRE, apud VIEIRA, PEIXOTO & KHOURY, 1995 p 15.

⁹ HOBBSBAM, Eric. **Sobre a História: ensaios**. São Paulo: cia das Letras, 1998. p. 26.

¹⁰ WALSH, W. H. “Sentido” em História. In.: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995. p. 360.

¹¹ COLLINGWOOD. A História como representação da experiência passada. In.: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. 4 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995. p. 306.

Enfim, olhar “através”¹² dos eventos passados, não aceitando “que a história é um agregado caótico de processos e acontecimentos desconexos”¹³ torna a história compreensível pois a tarefa do historiador é “dar sentido a determinado fragmento da história, o que é preciso fazer é descobrir conexões entre diferentes acontecimentos históricos, para mostrar como uma ação ou uma ocorrência conduziu a outra”¹⁴

Tais dificuldades valoram mais a pesquisa sobre as ações dos homens, pois dão o caráter principal que é de ser inédito, em função disto, constatamos que a dificuldade em se encontrar fontes é constatada a partir dos dominadores¹⁵ e é invertida, favorecendo-nos, a partir de outros vestígios documentais como escrituras públicas, inventários, processos de doação de sesmarias por parte do governo imperial, registros de nascimento e casamento assim como vestígios da cultura material, esta última estabelece uma ponte entre as atividades mentais e os objetos que possuem uma ligação emocional que serve como instrumento de preservação, diferenciação e afirmação sócio-cultural vencendo assim as barreiras do tempo e do espaço, fixando-se nos lugares da memória.

Portanto, trabalhar com a edificação da memória de São Miguel, faz-nos tecer uma leitura que dê sentido a este emaranhado de “acontecimentos desconexos” que tornam-se concretos a partir da efetivação das pesquisas sobre o tema que são de maior relevância para a compreensão da história do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Destarte, os caminhos os quais envereda a História, instigam a análise do regional sob ângulos ainda não vistos. A escolha do tema relacionando fronteira e espaço, espaço cultural construído que delimitam as relações de identidade para podermos os compreender o significado e a importância do estudo da História Regional, esta última, ultrapassa o limites políticos de estado, e adentra a linha geografia pré-estabelecida.

Ainda, é deveras importante ressaltarmos que a ideia é dar sentido, a partir das diferenças culturais para a História Regional e para a (re)significação do regional enquanto arcabouço teórico.

¹² COLLINGWOOD, 1995. p. 306.

¹³ WALSH, 1995. p. 360.

¹⁴ WALSH, 1995. p. 360.

¹⁵ Ver MAESTRI, Mário. Pampa Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In.: Reis, J. J., GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo; Cia das Letras, 1996. p. 312-327

Memória, fronteira cultural, espaço cultural qual a relação com a História Regional?

Ao analisarmos o fio condutor da compreensão do passado, no que se refere a São Miguel, vamos estabelecer uma ligação entre memória, fronteira cultural em espaço cultural construído que acabará levando-nos para a concepção de História regional. Inicialmente partiremos da compreensão e significação da *memória* como forma delimitadora de fronteiras e construtora de *espaços culturais* que se manifestarão fisicamente em *territórios culturais*.

A busca e compactação dos hábitos e costumes locais que forma assimilados e transmitidos de geração a geração, desenvolveu uma sociedade diferenciada na sua forma de viver, constituiu por assim dizer, o imaginário social dos mesmos que se configurou e se configura num passado que se “dissocia cada vez mais de significados tradicionais tais como ‘ilusório’ ou ‘quimérico’ ”¹⁶, assim sendo utilizam-se do simbólico para existir e marcar sua existência enquanto grupo social que se identificou a partir de símbolos religiosos e sociais

Deste modo, os elementos agruparam-se a partir de pensamentos e atitudes afins e fez-se necessário a construção mental e imaginativa de um lugar seguro. Destarte, quando dialogamos com o através de nossas reminiscências estamos utilizando-nos de nossa faculdade primeira que é a memória.

A memória foi, é e será nossa auxiliar e testemunha na reconstituição do passado, seja ele um passado distante ou não. Para Halbwachs “a lembrança é a sobrevivência do passado. O passado conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora a consciência na forma de imagens e lembranças”¹⁷. Tais lembranças podem se ter presentes nas saudações, nos cânticos para os cerimoniais religiosos específicos no *congá*¹⁸ que se apresentam de forma enigmática e manifestam sentido somente na história do grupo que se identifica culturalmente. Conforme D’Léssio “os lugares da memória expressam o desejo de retorno a ritos que definem os grupos, a busca do grupo que se auto-reconhece se auto-diferencia, o momento do resgate de sinais de *appartenance* grupal”¹⁹.

Ainda para complementar o anterior exposto, tomamos emprestadas as palavras de Edgar De Decca que afirma que

¹⁶ BACZKO, apud, LOPES, 2003, p.11

¹⁷ HALBWACHS, apud BOSI, 1994, P. 53

¹⁸ Local, área, roça ou terreno onde são erguidas as casas e os templos e os lugares sagrados; comumente chamado de terreiro em nagô *egbê*.

¹⁹ D’LÉSSIO, apud FÉLIX, 1998, p.53.

A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evolução permanente, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento recente(...) A História é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais.²⁰

Isto poderia nos levar a concluir levianamente, a *priori*, que o que temos não é história, mas sim um conjunto de alusões ao passado sem que aja uma confirmação com sua veracidade, a verdade em história. Assim ao tomarmos a concepção tradicional da história essencialmente escrita, deixaremos de lado a história da ação dos homens que não foi escrita, mas que foi passada oralmente, desta forma temos que tomar cuidado e “observar as diferenças entre as sociedades de memória oral, sociedade de memória essencialmente escrita e fases de transição da oralidade à escrita”²¹. São Miguel, por se tratar de uma sociedade marginalizada é essencialmente carente desta memória escrita, desta forma a oralidade conjuntamente com os documentos escritos é fundamental para o entendimento da sua história.

A concretização dos fatos é impossível, por isso buscamos na memória, mesmo com suas falhas, esquecimentos e reminiscências a possibilidade de se ter algo mais, nos lugares da memória, a diferença entre um fato e um simples evento para cada indivíduo ou para cada coletividade.

Por conseguinte, a memória se presta para esta “reconstrução do passado”²². e como é feita esta reconstrução do passado? Através de lembranças, de representações simbólicas individuais e coletivas e da atribuição de um ou de vários sentidos para o documento. Para Benjamim existem dois tipos de memória o documento e o monumento.

Para Benjamim o monumento faz parte da memória oficial celebrativa; o monumento é feito para durar e significar; quanto ao documento é aquilo que ficou malgrado a ele mesmo, o que ficou aos pedaços, sem sintaxe clara para nós²³.

Poder-se-ia dizer que o monumento é a reconstrução mítica do passado, enquanto o documento é uma das várias maneiras de se dar sentido ao passado através dos valores e conceitos através do qual este é interpretado. Partindo do anteriormente enunciado nos utilizamos de um questionamento de Ecléia Bósi que é assaz pertinente

²⁰ DE DECCA, op. cit., 130.

²¹ LE GOFF apud FÉLIX, 1998, p. 45

²² HALBWACHS, apu BOSI 1994, p. 56

²³ BENJAMIM apud MATTOS, 1992, p. 153

Qual a função da memória? Não constrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente e o passado lança uma ponte entre o mundo dos vivos e do além, ao qual retorna o que deixou a luz do sol.²⁴

O que fica em questão seria como podemos relacionar o tempo em história com o tempo da memória. Esta resposta é dada por Braudel que, no entanto, nos adverte para a multiplicidade do tempo histórico. Para ele, não existe um tempo único, mas o presente do passado, o presente do presente e presente do futuro. O presente do passado está no nosso espírito-memória; o presente do presente é a visão direta das coisas que temos e vivemos; o presente do futuro é a expectativa²⁵.

Se “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não existe mais”²⁶ e a memória nossa auxiliar, nossa testemunha na reconstituição do passado, seja ele um passado longínquo ou não e “o presente do passado está no nosso espírito-memória”²⁷ a memória está presente na reconstrução deste passado a sua presença pode se apresentar através da coletividade com as “instituições formadoras do sujeito”²⁸.

Enfim para nos utilizarmos da memória como fonte devemos verificar que ao mesmo tempo, tanto a memória coletiva, quanto a do indivíduo, pode ser uma fonte inesgotável para a história e para a construção da identidade, principalmente das identidades étnicas que são orientadas para o passado, como pode ser problemática pois possui seus lugares específicos, os não ditos, os esquecimentos, os silêncios que por vezes tiram a autenticidade dos acontecimentos, pois não sabemos o limite entre o fato e o evento e o que representa um ou outro para o indivíduo ou para a coletividade.

Halbwachs recomenda que:

Quando nos indicam com precisão o caminho que tínhamos seguido, aquelas marcas sobressaem, nós ligamos um a outra, elas se aprofundam e se aprofundam e se religam por elas mesmas. Elas já existiam, mas estavam mais marcadas na memória dos outros do que em nós mesmos. Sem dúvidas nós reconstruímos, mas esta reconstrução se faz seguindo as linhas já marcadas e desenhada por outras lembranças, nossa ou de outros.²⁹

²⁴ BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Cia das Letas, 1994.

²⁵ BRAUDEL, apud, PADOIN (1994, p. 1)

²⁶ DE DECCA, op. cit., p. 130

²⁷ BRAUDEL, apud, PADOIN (1994, p. 1)

²⁸ BOSI, op. cit., p. 54

²⁹ HALBWACHS, apud., BARROS (1999, p. 31)

A busca de compreensão dos hábitos e costumes locais que foram assimilados e transmitidos de geração a geração, criou uma sociedade diferenciada, que constitui o imaginário social dos mesmos e se configura num passado que se “dissocia cada vez mais de significados tradicionais, tais como ‘ilusório’ ou ‘quiméricos’”³⁰, desta forma utiliza-se do simbólico, não para se revelar, o que é evidente, mas para existir, por consequência estas questões estão imbricadas no presente quando se rememora o passado a partir de símbolos religiosos e sociais que estabelecerão os *limites* e as *fronteiras* nos *espaços culturais* construídos. Para tanto, torna-se necessário que tenhamos uma compreensão conceitual de *limite* e este é entendido por Tau Golin como:

(...)linha divisória entre Estados limítrofes. De certa forma, é o centro da fronteira entendida como uma região, zona ou faixa transfronteiriça. Na geografia política, o Estado moderno necessita do estabelecimento de limites bem definidos para sua área de soberania e organização.³¹

Assim os grupos marginalizados, no caso do quilombo de São Miguel, também necessitava de uma faixa que estabelecesse o fim da relação com o *outro* e que deixasse transparente as suas manifestações culturais no grupo agora formado, assim a interpretação de Lia Osório é pertinente pois afirma que a diferença fundamental entre *limite* e *fronteira* está na sua orientação: “o *limite* está orientado para dentro (forças centrípedas) a *fronteira* está orientada para fora (forças centrífugas)”³².

Vê-se inegavelmente que o fora supracitado encontra relevância no caso de São Miguel, segundo o laudo Antropológico da Fundação Cultural Palmares:

São Miguel dos Pretos, começou por Picada dos Paus. Com a consolidação da presença negra o lugar passa a ser conhecido como São Miguel dos Pretos ou São Miguel Velho por contraposição a São Miguel Novo, localidade de colonização alemã.³³

Desta forma os elementos agrupam-se a partir de pensamentos e atitudes a fins e faz-se necessário a construção mental e imaginativa que possua força e coesão – ‘força

³⁰ BACZCKO, apud LOPES, (2003, p. 11)

³¹ GOLIN, Tau. Fronteira. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 10.

³² OSÓRIO, apud GOLIN (2002, p. 11)

³³ RIO GRANE DO SUL. SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – Departamento da Cidadania. MINISTÉRIO DA CULTURA - Fundação Cultural Palmares. **Laudo Antropológico e Etnohistórico sobre a Comunidade Rural Negra Remanescente de Quilombo de São Miguel.** Porto Alegre: 2002. p. 30.

centrípeda’ – que se construísse o limite entre a liberdade e o cativo, um lugar seguro que segundo Auge

é definido como lugar do ‘em casa’ o lugar da identidade compartilhada, o lugar comum àqueles que, ao habitá-los juntos, são identificados como tais por aqueles que nele não habitam³⁴

Podemos ainda dar continuidade a este pensamento evocando Eric Hobsbawn que afirma:

Parece que o elemento crucial foi a invenção de sinais de associação a uma agremiação que continham toda uma carga simbólica e emocional, ao invés da criação de estatutos e do estabelecimento de objetivos associação³⁵

Desta forma “as forças centrípedas”, isto é, os limites estabelecidos, foram responsáveis pela “invenção de sinais de associação”³⁶ que mantiveram os hábitos e costumes que estavam guardados na memória, que foram aprendidos e dos que brotaram a partir do cotidiano tendo como base o fator étnico que fortaleceu a identidade coletiva e, se manifestou na forma de *fronteira*, ou seja, para fora dos limites culturais do grupo que via nesta agremiação a formação de uma identidade, primeiro a partir da condição étnica, marginal, social e econômica, segundo por não pertencer a chamada nacionalidade tendo em vista que “as culturas nacionais são uma criação do século XIX”³⁷ em oposição as culturas regionais que são engendradas a partir dos processos de ocupação do espaço territorial e da recriação da cultura pois se:

Uma sociedade é pensada como continuidade de outra, na verdade ela não é o prolongamento da outra, na verdade ela não é prolongamento daquela, ela é outra, com propriedades a mais ou a menos. Ela constitui uma individualidade nova e todas estas individualidades distintas, heterogêneas, não se fundem em uma mesma série contínua, não se fundem em uma mesma série contínua, nem numa série única.³⁸

³⁴ AUGÉ, apud ANJOS, J. C. Identidade Étnica e Territorialidade. In.: RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – Departamento da Cidadania. MINISTÉRIO DA CULTURA - Fundação Cultural Palmares. **Laudo Antropológico e Etnohistórico sobre a Comunidade Rural Negra Remanescente de Quilombo de São Miguel**. Porto Alegre: 2002. p. 30

³⁵ HOBBSBAWN, Eric. A invenção das Tradições. In.: HOBBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das Tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 19.

³⁶ Idem p. 19

³⁷ NORONHA, M. P. Região e identificações culturais. **História: debates e tendências**. Passo fundo. v. 1, n.1, junho de 1999. p. 33

³⁸ DURKHEIM, apud REIS, (2000, p. 44)

Enfim, estes *territórios culturais* são engendrados a partir da concepção do não pertencer a algum lugar, por estar a margem da cultura nacional e por precisar recriar, a partir da memória coletiva, para poder sobreviver, o seu *espaço cultural* estabelecendo *limites e fronteiras* no que tange a cultura e a demarcação física do território que ganhou conformação legal e se legitimou com a compra de terras a partir de 1892.

Considerações finais

As novas faces do regional serão definidas pelo limite, pela fronteira, pelo espaço ou ainda pelo território. Afinal o que define o regional? Segundo Vera Alice Silva a região deve ser vista como espaço contínuo sendo assim, dentro deste ocorrem os processos de produção (de bens e serviços) e de reprodução de um modelo determinado de convivência social Neste sentido Silva nos remete para uma questão prática que é a definição de regional e de região “o regional é recorte e não a forma de se escrever história”³⁹. Desta forma, compreende-se que para delimitar região não se deve levar em consideração somente os aspectos jurídicos administrativos, nem os aspectos exclusivamente economicista, mas os de ordem social e político e, sobretudo cultural.

Para Bourdieu não existe divisão regional, mas a representação que dela fazemos, pois a delimitação do regional é estabelecido por quem nela vive. Neste contexto e refletindo em torno do caso de São Miguel veremos que esta pluralidade do espaço fronteiriço possibilita que o mesmo deixe de ser geográfico para adquirir novas nuances (econômica, política, social, cultural e de identidade). Na realidade este conjunto é determinante para que se caracterize o recorte regional.

Para concluir compreendemos pelo prisma de Milton Santos que afirma que a “região, em função das mudanças econômicas mundiais, marcadas sobretudo pela internacionalização do capital, deixou de existir e passou a ser a abstração empírica (...) para o autor a região é um conceito abstrato em meio a um contexto macro, hoje conhecido como globalização”.⁴⁰

³⁹ Idem. p.88

⁴⁰ SANTOS, apud VISCARD, p. 86.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Gilmar. História, Historiadores, regiões e fronteiras. **História Debates e Tendências** / UPF, IFCH. Programa de Pós-Graduação em História. Vol. 3, n.2. 1999, p. 29-42.

BARROS, Myriam M. Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**. rio de Janeiro , vol. 2, n. 3, 1999, p. 29-42.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p. 43 – 69.

CARNEIRO, Newton Luis de Garcia. **Identidade Inacabada. O regionalismo político no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Edipurs, 2000.

COLLINGWOOD. A História como representação da experiência passada. In.: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. 4 ed. Lisboa; Calouste Gulbenkian, 1995.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e Cidadania. In.: **O direito a Memória: Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

GOLIN, Tau. **A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

HALL, Michael M. História Oral: os riscos da inocência. In.: **O direito a memória: Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

HOBBSBAWN, Eric. A Invenção das tradições. In.: HBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **A Invenção das Tradições**. Trad. Celina Cardim Cavalcante. RJ: Paz e Terra, 1994.

HOLZER, Werther. Paisagem, Imaginário, identidade: Alternativas para o estudo geográfico. In.: ROSENDHAL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. **Manifestações da Cultura no Espaço**. RJ: UERJ, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas. SP: Ed. UNICAMP, 1996. p. 17-165.

_____. **História e Memória**. 4 ed. Campinas. SP: Ed. UNICAMP, 1996. p. 423-483.

LOPES, J. E. Política e imaginário: um tema para novos debates. Revista **Pensar**. São Borja. v.1, n.1, jan-dez de 2003. p. 09-13.

MAESTRI, Mário. Pampas Negro: Quilombos no Rio Grande do Sul. In.: REIS, J.J., GOMES, F.S. **Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

MATTOS, Olgária. Memória e História em Walter Benjamin. In.; **O direito a memória: Patrimônio Histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

NORONHA, Marcio Pizarro. Região, Identificações Culturais. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo. v. 1, n.1, junho de 1999. p. 23-38.

PADOIN, Maria Medianeira. O tempo em História. Santa Maria: Faculdades Franciscanas, 1994.(Subsídios da disciplina de Introdução aos Estudos Históricos)

PATLAGEAN, Evelyne. A História do imaginário. In.: LE GOFF, Jacques (dir). **A História Nova**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 295-309.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1999, p. 3-15.

RIECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: Dimensões Teórico Conceituais. **História Debates e Tendências**. Passo Fundo. v. 1, n.1, junho de 1999. p.15-22.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: Inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ROSENDHAL, Zeny. O espaço, o sagrado, o profano. In.: ROSENDHAL, Zeny; CORREA, Roberto Lobato. **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

WALSH, W. H. “Sentido” em História. In.: In.: GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. 4 ed. Lisboa; Calouste Gulbenkian, 1995.